

REFLEXÃO

O NOVO, O VELHO E O QUE VIRÁ

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Uma mudança deixa sempre patamares para uma nova mudança.
Nicolau Maquiavel

A COMPLEXIDADE derivada de ações geopolíticas do pós-pandemia escancarou um processo global lento, mas efetivo, de reglobalização. Trata-se do novo movimento de fragmentação dos países em blocos mais amigos, mais próximos, em ações voltadas à proteção de mercados e precauções que configuram um novo mundo, assentado sobre velhas atitudes, da Guerra Fria à "guerra quente" entre a Rússia e a Ucrânia, trazendo o velho procedimento protecionista.

O Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos (EUA), hoje muito mais em uma linha America First, aprova leis como a Lei de Redução de Inflação (IRA, na sigla em inglês), entre outras, com um enorme investimento em economia verde e tecnologias. Enquanto isso, a União Europeia (UE), na linha EU First, cria o Green Deal, voltado ao mesmo objetivo, porém buscando manter a sua linha protecionista e regradora para o novo mundo que se implanta em velocidade.

O Oriente, sob a liderança da China, expande os seus horizontes, buscando em países emergentes uma base de suporte – tanto em termos de segurança alimentar, como de segurança energética – e mecanismos internacionais que permitam ações nesse sentido. O BRICS (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), modelo desenhado muito mais pela soma das oportunidades dos grandes países que o compõem do que pela realidade de relações entre esses países, é um novo fragmento teórico a compor a nova lógica de países em blocos amigos, próximos e complementares.

Uma recente reunião do BRICS agregou novos países e tentou esboçar um plano de ação para um novo mundo. Por trás desse borrão de fragmento, vem a mão pesada chinesa, para liderar movimentos que nem sempre estarão sintonizados com o Ocidente.

O Brasil, com raízes ocidentais, deverá exercitar, de forma inusitada, a sua capacidade diplomática de se posicionar como líder da América Latina na sua longa relação com os EUA e a UE e, ao mesmo tempo, posicionar-se em relação aos movimentos do BRICS e dos diferentes interesses formais brasileiros, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e acordos em desenvolvimento, como aquele entre o MERCOSUL e a UE.

Nesse novo mundo, o olhar com farol alto para oportunidades e ameaças que esse processo de mudanças traz requer da governança brasileira uma expressiva melhoria na relação público-privada, em que o agronegócio terá um papel relevante. Essa relação tanto refere-se às leis que virão do Congresso, posicionando o Brasil de forma altiva em relação às regras do Green Deal ou da IRA, como a novos acordos não só com esses países, mas também com outros importantes consumidores de alimentos, bioenergéticos, veículos automotivos e outros produtos.

Essencial para o agronegócio brasileiro é, além de mostrar protagonismo, buscar o seu potencial competitivo, por meio: da melhoria do seu processo integrado de pesquisa e desenvolvimento; da expansão do cooperativismo, do seguro e do crédito ao produtor – sempre com elevada produtividade e sustentabilidade na integração de diferentes culturas em diferentes safras, no mesmo ano e na mesma área –; do desenvolvimento da sua plataforma de biocombustíveis – na qual a produção e a cadeia automotiva andarão guiadas pelo mesmo norte –; e dos investimentos em infraestrutura e logística à medida que a nossa política monetária vai voltando à normalidade, preparando o caminho do desenvolvimento agroindustrial fundamental para o futuro brilhante reservado ao Brasil. ■

O Brasil deverá exercitar a sua capacidade diplomática de se posicionar como líder da América Latina na relação com os EUA e a UE, em relação aos movimentos do BRICS e a favor dos interesses brasileiros no MERCOSUL, além de acordos em desenvolvimento, como aquele entre o MERCOSUL e a UE.